

STJ00096161

RICARDO LODI RIBEIRO

TRIBUTOS

TEORIA GERAL E ESPÉCIES



Niterói, RJ

2013



© 2013, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORÇÃO ELETRÔNICA: SBNIGRI ARTES E TEXTOS LTDA.

CAPA: EDITORA IMPETUS LTDA.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: MARCOS ROQUE

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: SERMOGRAF ARTES GRAFICAS LTDA.

R372t

Ribeiro, Ricardo Lodi, 1969-
Tributos (teoria geral e espécies) / Ricardo
Lodi Ribeiro. - Niterói, RJ : Impetus, 2013.

ISBN: 978-85-7626-672-3

1. Direito tributário – Brasil. I. I. Título.

CDD- 343.8104

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SYS: 962006

SUMÁRIO

UNIDADE I TEORIA GERAL DOS TRIBUTOS

Capítulo 1 – Conceito de Tributo e suas Espécies	3
1.1. Conceito de Tributo	3
1.2. As Espécies Tributárias.....	8
Capítulo 2 – Os Impostos	18
2.1. Teoria Geral dos Impostos.....	18
2.2. Classificação dos Impostos	23
Capítulo 3 – As Taxas	32
3.1. Teoria Geral das Taxas.....	32
3.2. Taxas de Polícia	37
3.3. Taxas de Serviço.....	39
3.3.1. Taxa e preço público.....	41
Capítulo 4 – Contribuição de Melhoria.....	46
Capítulo 5 – Contribuições Parafiscais	50
5.1. Teoria Geral das Contribuições Parafiscais	50
5.2. Contribuições Sociais	58
5.2.1. Contribuições da seguridade social	58
5.2.2. Contribuições sociais gerais.....	60
5.3. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDEs.....	62

5.4. Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas.....	64
5.5. Contribuição de Iluminação Pública – (COSIP ou CIP)	65

Capítulo 6 – Os Empréstimos Compulsórios..... 68

**UNIDADE II
AS SUBESPÉCIES DE IMPOSTOS
E DE CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL**

Capítulo 7 – Os Impostos Federais 75

7.1. Imposto de Importação – II	75
7.1.1. Breve histórico.....	75
7.1.2. Classificação	76
7.1.3. Legislação básica.....	77
7.1.4. Disciplina constitucional	77
7.1.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	80
7.1.5.1. Fato gerador	80
7.1.5.1.1. A suspensão do imposto e o fato gerador do II.....	83
7.1.5.2. Base de cálculo.....	85
7.1.5.3. Alíquotas	87
7.1.5.4. Sujeito passivo	89
7.1.5.5. Lançamento.....	90
7.2. Imposto de Exportação – IE.....	90
7.2.1. Breve histórico.....	90
7.2.2. Classificação	91
7.2.3. Legislação básica.....	91
7.2.4. Disciplina constitucional	92
7.2.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	93
7.2.5.1. Fato gerador	93
7.2.5.2. Base de cálculo.....	94
7.2.5.3. Alíquotas	94
7.2.5.4. Sujeito passivo	95
7.2.5.5. Lançamento.....	95
7.2.5.6. Destinação específica.....	95
7.3. Imposto de Renda e Proventos de qualquer Natureza – IR.....	96
7.3.1. Breve histórico.....	96
7.3.2. Classificação	96
7.3.3. Legislação básica.....	97
7.3.4. Disciplina constitucional	97

7.3.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	101
7.3.5.1. Fato gerador	101
7.3.5.2. Base de cálculo.....	107
7.3.5.2.1. Base de cálculo do IRPF.....	107
7.3.5.2.2. Base de cálculo do IRPJ.....	108
7.3.5.2.2.1. Lucro real.....	108
7.3.5.2.2.2. Lucro presumido.....	111
7.3.5.2.2.3. Lucro arbitrado.....	113
7.3.5.3. Alíquotas	114
7.3.5.4. Sujeito passivo	116
7.3.5.5. Lançamento.....	118
7.4. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.....	121
7.4.1. Breve histórico.....	121
7.4.2. Classificação.....	122
7.4.3. Legislação básica.....	122
7.4.4. Disciplina constitucional	123
7.4.4.1. Princípio da não cumulatividade.....	130
7.4.4.2. Princípio da seletividade.....	131
7.4.4.3. Imunidade na exportação	131
7.4.4.4. Desoneração dos bens de capital.....	132
7.4.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	132
7.4.5.1. Fato gerador	132
7.4.5.2. Base de cálculo.....	135
7.4.5.3. Alíquota.....	137
7.4.5.4. Sujeito passivo	137
7.4.5.5. Lançamento.....	142
7.4.5.6. Regime de creditamento	143
7.5. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.....	150
7.5.1. Breve histórico.....	150
7.5.2. Classificação.....	151
7.5.3. Legislação básica.....	151
7.5.4. Disciplina constitucional	151
7.5.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	155
7.5.5.1. Fato gerador	155
7.5.5.2. Base de cálculo.....	158
7.5.5.3. Alíquotas	158
7.5.5.4. Sujeito passivo	159
7.5.5.5. Lançamento.....	160
7.5.5.6. Destinação específica.....	160

7.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	160
7.6.1. Breve histórico.....	160
7.6.2. Classificação.....	161
7.6.3. Legislação básica.....	162
7.6.4. Disciplina constitucional	162
7.6.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	164
7.6.5.1. Fato gerador	164
7.6.5.2. Base de cálculo.....	168
7.6.5.3. Alíquotas	169
7.6.5.4. Contribuintes.....	170
7.6.5.5. Lançamento.....	171
7.7. Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF.....	171
7.7.1. Breve Histórico	171
7.7.2. Disciplina Constitucional.....	172

Capítulo 8 – As Contribuições da Seguridade Social173

8.1. Contribuições Previdenciárias dos Empregadores, Empresas e Equiparados	173
8.1.1. Breve histórico.....	173
8.1.2. Classificação.....	174
8.1.3. Legislação básica.....	175
8.1.4. Disciplina constitucional	175
8.1.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	177
8.1.5.1. Fato gerador	177
8.1.5.2. Base de cálculo.....	180
8.1.5.3. Alíquotas	183
8.1.5.4. Sujeito passivo	185
8.1.5.5. Lançamento.....	187
8.1.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação	187
8.2. Contribuições Previdenciárias dos Segurados	188
8.2.1. Breve histórico.....	188
8.2.2. Classificação.....	189
8.2.3. Legislação básica.....	190
8.2.4. Disciplina constitucional	190
8.2.5. A disciplina na legislação infraconstitucional	191
8.2.5.1. Fato gerador	191
8.2.5.2. Base de cálculo.....	192
8.2.5.3. Alíquotas	193
8.2.5.4. Sujeito passivo	194
8.2.5.5. Lançamento.....	196
8.2.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação	197

8.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	197
8.3.1. Breve histórico.....	197
8.3.2. Classificação.....	197
8.3.3. Legislação básica.....	198
8.3.4. Disciplina constitucional.....	198
8.3.5. A disciplina na legislação infraconstitucional.....	200
8.3.5.1. Fato gerador.....	200
8.3.5.2. Base de cálculo.....	200
8.3.5.3. Alíquotas.....	201
8.3.5.4. Sujeito passivo.....	202
8.3.5.5. Lançamento.....	203
8.3.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação.....	203
8.4. COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	203
8.4.1. Breve histórico.....	203
8.4.2. Classificação.....	204
8.4.3. Legislação básica.....	205
8.4.4. Disciplina constitucional.....	205
8.4.5. A disciplina na legislação infraconstitucional.....	210
8.4.5.1. Fato gerador.....	210
8.4.5.2. Base de cálculo.....	212
8.4.5.3. Alíquotas.....	214
8.4.5.3.1. O regime cumulativo.....	215
8.4.5.3.2. O regime não cumulativo.....	217
8.4.5.3.3. O regime “monofásico” ou concentrado.....	219
8.4.5.4. Sujeito passivo.....	221
8.4.5.5. Lançamento.....	221
8.4.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação.....	221
8.5. PIS – Contribuição para o Programa de Integração Social e Pasep – Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.....	221
8.5.1. Breve histórico.....	221
8.5.2. Classificação.....	223
8.5.3. Legislação básica.....	223
8.5.4. Disciplina constitucional.....	223
8.5.5. A disciplina na legislação infraconstitucional.....	223
8.5.5.1. Fato gerador.....	223
8.5.5.2. Base de cálculo.....	224
8.5.5.3. Alíquotas.....	224
8.5.5.4. Sujeito passivo.....	225
8.5.5.5. Lançamento.....	225
8.5.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação.....	225

8.6. PIS/COFINS – Importação.....	225
8.6.1. Breve histórico.....	225
8.6.2. Classificação.....	225
8.6.3. Legislação básica.....	226
8.6.4. Disciplina constitucional.....	226
8.6.5. A disciplina na legislação infraconstitucional.....	226
8.6.5.1. Fato gerador.....	226
8.6.5.2. Base de cálculo.....	228
8.6.5.3. Alíquotas.....	229
8.6.5.4. Sujeito passivo.....	229
8.6.5.5. Lançamento.....	229
8.6.5.6. Destinação legal do produto da arrecadação.....	230
8.7. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos.....	230
Capítulo 9 – Os Impostos Estaduais.....	231
9.1. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITD.....	231
9.1.1. Breve histórico.....	231
9.1.2. Classificação.....	232
9.1.3. Legislação básica.....	233
9.1.4. Disciplina constitucional.....	233
9.1.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	234
9.1.5.1. Fato gerador.....	234
9.1.5.2. Base de cálculo.....	237
9.1.5.3. Alíquotas.....	238
9.1.5.4. Sujeito passivo.....	239
9.1.5.5. Lançamento.....	240
9.2. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	240
9.2.1. Breve histórico.....	240
9.2.2. Classificação.....	241
9.2.3. Legislação básica.....	242
9.2.4. Disciplina constitucional.....	242
9.2.4.1. O princípio da não cumulatividade.....	258
9.2.4.2. Princípio da seletividade.....	259
9.2.4.3. As imunidades específicas do ICMS.....	259
9.2.4.4. A função da lei complementar no ICMS.....	261
9.2.5. Disciplina na legislação infraconstitucional.....	263
9.2.5.1. Fato gerador.....	264
9.2.5.2. Base de cálculo.....	269
9.2.5.3. Alíquotas.....	270

9.2.5.4.	Sujeito passivo	275
9.2.5.4.1.	Substituição tributária	276
9.2.5.5.	Regime de creditamento	279
9.2.5.6.	Lançamento.....	282
9.2.5.7.	Isonções e benefícios fiscais.....	282
9.3.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	285
9.3.1.	Breve histórico.....	285
9.3.2.	Classificação	285
9.3.3.	Legislação básica.....	286
9.3.4.	Disciplina constitucional	286
9.3.5.	A disciplina na legislação infraconstitucional	287
9.3.5.1.	Fato gerador	288
9.3.5.2.	Base de cálculo.....	289
9.3.5.3.	Alíquotas	289
9.3.5.4.	Sujeito passivo	290
9.3.5.5.	Lançamento.....	290
9.3.5.6.	Sanção pelo inadimplemento	290
Capítulo 10	– Os Impostos Municipais.....	292
10.1.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	292
10.1.1.	Breve histórico.....	292
10.1.2.	Classificação	292
10.1.3.	Legislação básica.....	293
10.1.4.	Disciplina constitucional.....	293
10.1.5.	Disciplina na legislação infraconstitucional.....	298
10.1.5.1.	Fato gerador.....	298
10.1.5.2.	Base de cálculo.....	300
10.1.5.3.	Alíquotas.....	302
10.1.5.4.	Sujeito passivo	303
10.1.5.5.	Lançamento.....	305
10.2.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.....	305
10.2.1.	Breve histórico	305
10.2.2.	Classificação	306
10.2.3.	Legislação básica	306
10.2.4.	Disciplina constitucional.....	306
10.2.5.	Disciplina na legislação infraconstitucional.....	310
10.2.5.1.	Fato gerador.....	310
10.2.5.2.	Base de cálculo.....	313
10.2.5.3.	Alíquotas.....	314
10.2.5.4.	Sujeito passivo	314
10.2.5.5.	Lançamento.....	315

10.3. Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS	315
10.3.1. Breve histórico	315
10.3.2. Classificação	316
10.3.3. Legislação básica	316
10.3.4. Disciplina constitucional.....	317
10.3.5. Disciplina na legislação infraconstitucional	327
10.3.5.1. Fato gerador.....	327
10.3.5.1.1. Local da prestação de serviço	330
10.3.5.2. Base de cálculo.....	332
10.3.5.3. Alíquotas.....	333
10.3.5.4. Sujeito passivo	334
10.3.5.5. Lançamento.....	336
Referências Bibliográficas	337
Índice Onomástico.....	346

¶